

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

### I.- ENQUADRAMENTO GLOBAL

O início do ano de 2003 foi marcado por algum refluxo do movimento sindical no seu conjunto, após a realização do conjunto de greves concretizado no último trimestre de 2002, que não conseguiu impedir a aprovação do Código de Trabalho nem obrigar a uma modificação na política governamental para a função pública, designadamente em matéria salarial e de regime de aposentação.

No domínio específico do ensino superior, porém, o SNESup manteve uma intervenção em múltiplas frentes de actividade, na sequência da acção que vinha desenvolvendo nos anos anteriores, designadamente em 2001 e 2002. Pode dizer-se que em matéria de Estatutos de Carreira foi alcançada uma significativa vitória táctica quando o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Pedro Lynce, aceitou, em 13 de Março de 2003, desligar a negociação dos Estatutos de Carreira, a iniciar até 31 de Maio, do calendário de “reformas” anunciadas para a legislatura e anunciou que só haveria revisão se esta tivesse o acordo dos Sindicatos. Muito embora os documentos divulgados pelo Ministério fossem ainda pouco favoráveis ao acolhimento das nossas reivindicações a Assembleia Geral do Sindicato, deliberando descentralizadamente em 10 de Abril de 2003, reviu as orientações para a negociação aprovadas em 2001. Por seu turno, o Conselho Nacional, reunido em 12 de Abril seguinte, recomendou por unanimidade que as eleições para novos órgãos nacionais só se realizassem a partir de Outubro, afastando desta forma a possibilidade de virem a coincidir com as anunciadas negociações.

Cabe recordar que de alguma forma o SNESup esteve numa prolongada tensão de forças em torno dos Estatutos de Carreira entre Junho de 2001 e Maio de 2003, quer pela percepção de que as sucessivas equipas governamentais poderiam revê-los num sentido negativo, quer pela necessidade de fazer passar medidas de desbloqueamento de carreiras e de defesa do emprego docente que, podendo ser adoptadas por legislação avulsa, poderiam também ser objecto de inclusão no articulado dos Estatutos de Carreira caso se desencadeasse a sua revisão. Com o adiamento *sine die* e sem justificação plausível das negociações dos Estatutos de Carreira, comunicado no próprio dia 31 de Maio de 2003, e com a demissão do Ministro Pedro Lynce, ocorrida algum tempo depois, o Sindicato passou a concentrar-se noutras frentes de actividade e na preparação do processo eleitoral interno, momento propiciador do repensar das prioridades sindicais.

SEDE NACIONAL - LISBOA

Av. 5 de Outubro, 104 - 4.º - 1050-060 LISBOA  
Tel.: 21 799 56 60 Fax: 21 799 56 61  
Email: [snesup@snesup.pt](mailto:snesup@snesup.pt)

SEDE REGIONAL - PORTO

Av. da Boavista, 1167, sala 5.1 - 4100-130 PORTO  
Tel.: 22 543 05 42 Fax: 22 543 05 43  
Email: [snesup.porto@snesup.pt](mailto:snesup.porto@snesup.pt)

SEDE REGIONAL - COIMBRA

Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA  
Tel.: 23 978 19 20 Fax: 23 978 19 21  
Email: [snesup.coimbra@snesup.pt](mailto:snesup.coimbra@snesup.pt)

## II – INTERVENÇÕES EM SEDE DE POLÍTICA EDUCATIVA. CIENTÍFICA E REIVINDICATIVO – PROFISSIONAL. RELACIONAMENTO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

### Política educativa

Realizou-se em 21 e 22 de Fevereiro em Lisboa, um Encontro sobre temas relacionados com o Ensino Superior, designadamente sobre “Autonomia, Gestão e Financiamento”, tendo-se realizado novos debates, no Porto, em 12 de Março, também sobre “Autonomia, Gestão e Financiamento” e em 28 de Maio, na Guarda com o tema “Ensino Superior: as propostas do MCES e o que queremos para o futuro”.

Paralelamente, foi incentivada a publicação de textos, quer de associados, quer de não-associados, no site e na Revista, tendo-se dado particular relevo às posições assumidas pelo CRISES, grupo de reflexão que integra diversos antigos dirigentes do SNESup.

Com a apresentação de propostas de Leis sobre Bases da Educação / Sistema Educativo; Financiamento e Autonomia o Sindicato veio reforçar a sua intervenção no debate público, quer em contactos institucionais, designadamente parlamentares, quer junto da comunicação social.

Em matéria de financiamento mostrámo-nos especialmente críticos do grau de discricionarieidade concedido ao Governo pela Proposta de Lei que veio a ser aprovada e denunciámos a inaplicabilidade da fórmula de financiamento constante da Portaria publicada subsequentemente.

Em matéria de Lei de Autonomia o SNESup elegeu a composição, poderes e independência dos conselhos científicos como aspectos centrais da sua intervenção e denunciou a intenção de repor através dessa Lei a composição dos Conselhos Científicos do Ensino Superior Politécnico prevista no Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, aprovado pela Lei nº 1/2003, de 6 de Janeiro.

O Parecer nº 11/ 2003 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República sobre a Lei nº 1/2003 confirma inequivocamente – em sede de consulta suscitada, neste particular, por indicação nossa – que todos os doutores e mestres passaram a ser desde Janeiro de 2003 membros dos conselhos científicos dos politécnicos. O SNESup exigiu o cumprimento da Lei nº 1/2003, denunciou o boicote da maioria do CCISP à sua aplicação e manifestou a sua oposição ao retrocesso constante da Proposta de Lei de Autonomia, patrocinado tanto pelo CCISP como por outras organizações sindicais, designadamente a FENPROF.

A proposta de realização de um Congresso do Ensino Superior para demonstração da vitalidade dos órgãos representativos das suas instituições e debate das medidas postas em discussão pública obteve reacção favorável do então Presidente do CCISP, Luís Soares, mas não do CRUP.

Em matéria educativa é de assinalar também a aprovação pelo Conselho Nacional de 11 de Outubro de 2003 de uma proposta da Direcção no sentido de ser organizado um Encontro Nacional sobre Avaliação Pedagógica, o qual veio a ter lugar já em 2004, dinamizado por uma Comissão Organizadora formada no próprio Conselho.

### **Política científica**

O SNESup continuou a dar relevo nas suas propostas ao papel do doutoramento e a necessidade de aumento da componente investigação dentro da carreira docente, tendo ainda assegurado larga projecção no site e na Revista à actividade da Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) e à do Movimento para a Investigação e a Qualidade no Politécnico (MIQESP).

### **Política reivindicativa e profissional**

O tema “Estatutos de carreira” foi também debatido no Encontro realizado em Lisboa em Fevereiro, tendo sido paralelamente lançado um inquérito à situação profissional dos docentes universitários cujo apuramento foi publicado na Ensino Superior, Revista do SNESup, nº 10. O debate realizado foi tido em conta da formulação da Proposta de Orientações levada à Assembleia Geral de 10 de Abril de 2003 e por esta aprovada.

O Sindicato procurou pressionar os Ministérios da Ciência e do Ensino Superior a assegurarem a intercomunicação de carreiras e o reconhecimento do tempo de serviço no ensino superior aquando da transição para outros níveis de ensino, pronuaciando-se contra o Decreto-Lei nº 35/2003, aprovado sem a sua participação. O apoio concedido aos associados que, por recomendação do SNESup, interpuseram recursos hierárquicos por não terem visto as suas candidaturas serem aceites em primeira prioridade permitiu marcar pontos neste domínio, uma vez que esses recursos vieram a ser posteriormente despachados em termos favoráveis aos nossos associados.

Recorreu-se a uma notificação judicial avulsa para obrigar a Secretaria de Estado da Administração Pública a responder, embora negativamente, ao pedido de abertura de negociações que acompanhara a apresentação, por parte do SNESup de uma proposta salarial para 2003. No fim de 2003 foi igualmente apresentada uma proposta salarial para 2004, que não teve resposta. Estas diligências, para além da inerente pressão política, visaram lançar as bases de uma futura iniciativa judicial.

De salientar que a Comissão Parlamentar do Trabalho e dos Assuntos Sociais recebeu o SNESup a propósito do pacote legislativo da chamada Reforma da Administração Pública, tendo sido o nosso Sindicato o único a beneficiar dessa audição para além das três estruturas tradicionais – Frente Comum, FESAP e STE.

O Sindicato pronunciou-se contra as alterações à lei de aposentação, e, quando estas foram declaradas formalmente inconstitucionais, contra o despacho da Ministra das Finanças que pretendeu bloquear, até à renovação da iniciativa, a tramitação dos pedidos de aposentação antecipada. Do mesmo modo, renovou-se a exigência de participação no Conselho Consultivo da ADSE.

Foi mantida uma acção constante junto do Parlamento e do XVI Governo Constitucional com vista à publicação de legislação sobre subsídio de desemprego tendo o SNESup mobilizado uma campanha de *mails* aos Grupos Parlamentares a propósito da votação dos projectos de lei apresentados pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Socialista, tendo sido particularmente positivos os contactos mantidos com estes partidos e com o Partido Social Democrata, após a passagem à especialidade do Projecto do Partido Socialista, viabilizado pela maioria. Foi igualmente feita uma distribuição de comunicados junto do Parlamento.

### **Contra o congelamento de vagas em cursos com procura**

O SNESup abriu a partir de Março de 2003 uma frente de luta contra as medidas de distribuição de vagas adoptadas pelo Ministro Pedro Lynce em detrimento de muitas instituições do ensino superior público. O abaixo-assinado publicado no site reuniu mais de 1000 assinaturas, divulgadas em anúncio na comunicação social e entregues à Ministra Maria da Graça Carvalho. Um dos números da Revista escalpelizou este novo tipo de “condicionamento industrial”.

Consideramos que esta acção foi decisiva para que a política referida não tivesse tido, ao contrário do anunciado, agravamento em anos seguintes.

## **Ligação a outros movimentos sociais**

O SNESup manteve durante o ano de 2003 contactos com a CGTP, a cujo Congresso assistiu como convidado e à qual, após informação prestada ao Conselho Nacional de 11 de Outubro de 2003, propôs um Acordo de Cooperação, bem como a UGT e com o SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.

De igual modo, atento às realidades emergentes no domínio do associativismo do ensino superior e da investigação científica, deu ampla publicidade na Revista e no site às actividades da ABIC, do MIQESP, do Conselho dos Laboratórios Associados (CLA), tendo, em resposta a um pedido de apoio da primeira, manifestado a sua disponibilidade para a assinatura de um protocolo.

Valorizando as tentativas de reedição de formas de organização tradicional do movimento pré-sindical e para-sindical do ensino superior, fez o mesmo em relação à Comissão de Docentes e Investigadores (CDI) do ISCTE e em relação a uma Comissão Interescolas que realizou diversas reuniões.

O mesmo veio a suceder com a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Gestão Bancária (AEISGB) cujas preocupações com o Estatuto do Trabalhador – Estudante foram por nós levadas a um dos Grupos Parlamentares. O bom relacionamento existente com a Associação Académica do Porto traduziu-se na presença do respectivo Presidente na mesa do debate realizado no Porto em 12 de Março.

## **Representação em órgãos**

O SNESup tornou-se uma das sete estruturas sindicais com assento no Conselho Consultivo do Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência da Região Autónoma da Madeira.

### III – INTERVENÇÕES NAS INSTITUIÇÕES E REUNIÕES NOS LOCAIS DE TRABALHO

Em 2003 as intervenções direccionadas para instituições específicas ou também para instituições específicas, tiveram especial relevo no caso

- do ISCTE, uma das mais ameaçadas pelo congelamento de vagas;

- da Faculdade de Arquitectura da UTL, em prol da normalização da vida estatutária, com publicação de um comunicado por nós elaborado e também assinado pelo SINDEP, tendo as eleições para a gestão sido finalmente marcadas e realizadas;

- da Escola Superior de Educação da Guarda, pela renovação de contratos, com dinamização interna em que é justo destacar o papel da colega Sofia Sampaio, actualmente fora do ensino, intervenção essa bem sucedida;

- da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, pela publicação dos seus Estatutos, que incluiu vigília, publicação de pré-aviso de greve e intensa campanha mediática mobilizada pela Delegação Regional de Coimbra, intervenção essa bem sucedida.

- do Instituto Camões, dando sequência às acções do ano anterior, sendo de assinalar uma intervenção com eco no Expresso de 14 de Junho;

- do ISCAL, contra a exoneração de um delegado sindical sob pretexto de que não havia solicitado a transição para a função pública nem a continuação em funções após o termo da nomeação provisória inicial.

O anúncio de que a Lei nº 1/2003 seria revogada pela Lei de Autonomia desencorajou o envolvimento dos interessados na colocação de acções judiciais com vista a assegurar o seu cumprimento, colocação esta que chegou a estar prevista para a ESE da Guarda na sequência de movimentações de colegas. Todavia, a proposta de Lei de Autonomia em causa nunca chegou a ser aprovada.

É de referir, finalmente, que, dando sequência às deslocações de membros da Direcção às várias instituições se realizou em 3 de Fevereiro uma assembleia de associados da Secção Sindical da Universidade dos Açores – Ponta Delgada com a presença do Presidente da Direcção, Luís Moutinho da Silva

#### IV – EVOLUÇÃO DA SINDICALIZAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA VIDA SINDICAL

Durante o ano de 2003 registaram-se 230 novas sindicalizações e apenas 74 pedidos de desvinculação, por vários motivos.

Este bom resultado tem de ser relacionado com a campanha de sindicalização cujo lançamento foi recomendado pelo II Congresso do SNESup realizado em Coimbra em Novembro de 2002.

De notar que foi igualmente realizado durante o ano um esforço de clarificação de situações de suspensão da qualidade de associado, quer por motivo de perda de vínculo laboral, quer por outros motivos, sobretudo o de não-pagamento de quotas, apesar de ter subsistido a indefinição em numerosos casos em que se carecia de informação para fazer a distinção.

A todos os enquadramentos feitos corresponderam deliberações adoptadas pela Comissão Permanente da Direcção, com poderes delegados e registadas em acta, com envio de comunicação aos associados. Têm-se consciência de que, por deficiente arquitectura do sistema de informação, muitas situações não terão sido detectadas ou enquadradas. Os pagamentos por transferência bancária, em particular, nem sempre foram devidamente controlados, face à dificuldade de imputar certas importâncias creditadas a ordens de transferência específicas.

A Assembleia Geral de 10 de Abril de 2003, que votou com elevadíssimas taxas de aprovação a proposta de revisão de Estatutos aprovada no II Congresso (sem atingir o quórum necessário), as orientações em matéria reivindicativa, a agilização de procedimentos de aprovação de greves em assembleias gerais e uma carta de garantias de participação dos associados na vida sindical teve uma adesão de 432 associados, e a Assembleia Geral eleitoral realizada em 3 e 4 de Dezembro de 2003 teve a participação de 520 eleitores, números que representam um progresso em relação às assembleias homólogas anteriores.

Por altura das convocações de eleições o SNESup contava com 2445 sócios no pleno gozo dos seus direitos, 210 secções sindicais e 55 secções sindicais representadas no Conselho Nacional, tendo-se realizado várias reuniões do Conselho, todas com boa participação e vivo debate e mostrando-se também a lista “Rede de delegados” muito activa em termos de debate. Apesar do aumento de participação de associados no acto eleitoral o número de Secções Sindicais representadas no Conselho Nacional diminuiu para 32 confirmando a tendência já detectada para a retracção da rede de representantes sindicais por ocasião das eleições gerais.

A abertura da sede de Coimbra veio permitir uma maior aproximação dos associados e uma maior dinamização do trabalho em Coimbra e distritos limítrofes.

## V – COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O esforço de sindicalização a que nos referimos baseou-se numa redefinição da imagem reivindicada pelo SNESup, apresentado agora explicitamente como “Sindicato do Superior”, “Sindicato Independente”, “Sindicato de Causas”, “Veículo de exercício da cidadania”, conforme o tríptico oportunamente concebido e editado, com largo aproveitamento da boa imagem do site [www.snesup.pt](http://www.snesup.pt) e da *Ensino Superior – Revista do SNESup*, cujo registo no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) foi solicitado em 2003.

Foi assinalado o início do décimo quinto aniversário do SNESup, passando a fazer-se uma referência sistemática a esta circunstância.

O site alcançou os 200 000 acessos em 2003 e a Revista concluiu em Maio / Junho uma série de 10 números de publicação ininterrupta, acrescentando uma outra vertente à imagem do SNESup: “Sindicato aberto”, tendo contudo a conjuntura pré-eleitoral interna determinado a suspensão da sua publicação.

A *Newsletter* “Informação aos Associados” passou a publicar-se unicamente sob forma electrónica com periodicidade quinzenal, reduzida a mensal nos meses de Julho e Agosto. Em Outubro a sua publicação viria a ser igualmente suspensa.

O impacte da actividade do Sindicato na Comunicação Social reduziu-se em relação a 2002, quer por força de uma certa retracção desta à veiculação de polémicas sobre questões laborais,



quer por falta de propostas originais ou de criatividade na forma de as fazer passar. O Sindicato continuou a recorrer mais do que seria de desejar a publicidade paga.

Foi aproveitado o tempo de antena da RTP com uma actualização do “filme institucional” difundido em 2002.

A abertura, em Março, da sede de Coimbra firmou a apresentação do sindicato como sindicato de âmbito nacional, com sedes nas cidades em que os três maiores sindicatos da maior organização concorrente têm as suas sedes. Esta circunstância foi devidamente valorizada na nossa comunicação.

## VI – POLÍTICA DE BENEFÍCIOS E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS

Iniciou-se a vigência do novo Seguro de Saúde MEDIS, com generalizado agrado dos interessados pela fórmula encontrada e menor risco financeiro do Sindicato que no Seguro anterior adiantava os pagamentos relativos ao Módulo II, nem sempre sendo reembolsado pelos associados. Contudo, o SNESup teve, logo ao princípio, de suportar uma despesa inútil por a MEDIS ter enviado a documentação de apresentação a cada um dos associados para a sede de Lisboa, como se fosse essa a sua morada, obrigando a uma morosa e onerosa reexpedição.

Foram celebrados protocolos com Multihotel - Promoções Turísticas e - Império Autocenter (Acessórios e Peças para viaturas)

A agenda de secretária disponibilizada pelo SNESup, distribuída já no início do ano seguinte como agenda do “décimo quinto ano”, portanto com atraso, a todos os associados, foi geralmente bem recebida.

Prosseguiu-se um intenso esforço no domínio do apoio jurídico – esclarecimentos *on line*, consulta jurídica presencial, patrocínio de acções judiciais – tendo sido lançado pela primeira vez um inquérito à satisfação dos associados. A área jurídica do *site* foi profundamente remodelada, passando a incluir as condições de acesso ao apoio jurídico, uma nova organização da legislação, com a publicação de Estatutos de Carreira Docente anotados, e um conjunto de questões mais frequentes.

Pela primeira vez o Sindicato organizou acções de formação dirigidas aos seus associados, as quais incidiram na área jurídica, tendo-se realizado uma ainda em 2003, em Lisboa, e outras duas em Janeiro de 2004, em Lisboa e Coimbra.

## VII – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E COLABORAÇÕES PROFISSIONAIS

O presente relatório deve ser lido em conjunto e com a *Informação aos Associados sobre as Colaborações Profissionais* divulgada em Outubro de 2003.

O traço essencial do funcionamento dos serviços em 2003 foi o sucesso da aplicação da política de repartir as responsabilidades de âmbito nacional pelas várias sedes, tendo a manutenção do *site* passado a ser feita a partir da sede do Porto com a colaboração da sede nacional. Realizou-se em Setembro pela primeira vez uma reunião nacional de funcionários para a discussão de aspectos do seu trabalho. Não é demais insistir em que os funcionários do SNESup funcionam sem chefias e num clima marcado por uma larguíssima autonomia no desempenho das suas funções, com todas as potencialidades e dificuldades que tal situação comporta.

Em termos de colaborações profissionais justifica-se referência mais desenvolvida à equipa jurídica, à assessoria de comunicação e imagem e ao apoio informático.

Estabilizada a equipa jurídica, após a saída da Dra Paula Policarpo de cuja situação em termos de inscrição na Ordem dos Advogados o Relatório e Contas de 2002 deu notícia posteriormente actualizada na *Informação aos Associados sobre as Colaborações Profissionais*, já citada, e a rejeição de uma proposta de revisão de avença, com efeitos imediatos, apresentada pela sociedade de advogados com que vínhamos trabalhando, com a sua conseqüente substituição, realizou-se, também em Setembro uma reunião nacional dos advogados do SNESup com vista a uma melhor coordenação da sua actuação.

Começou a ser equacionada a mudança de agência para apoio aos contactos com a mudança que viria a ser concretizada no ano seguinte.

O sistema informático criado pela Planeta Virtual mostrou-se inibidor do aperfeiçoamento do sistema de informação, gerando-se para além disso uma pequena conflitualidade em torno do cumprimento ou não do contrato, o que, tudo conjugado, levou a que se comesse a procurar alternativas.

## VIII – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E APRESENTAÇÃO DE CONTAS

Em relação à administração financeira propriamente dita cabe contextualizar a afirmação feita no Relatório Técnico segundo a qual os resultados apresentariam de 2002 para 2003 uma “recuperação interessante”.

Conforme foi realçado na discussão dos resultados negativos de 2002 a apresentação de grandes “lucros” em alguns exercícios sindicais deveu-se exclusivamente à quase paralisação da actividade sindical durante esse período, sendo o “prejuízo” de 2002 explicado pela intensa actividade desenvolvida nesse ano.

Assim sendo, a aprovação pela primeira vez em Conselho Nacional das bases para a elaboração do Orçamento Sindical (“Pressupostos e orientações para a elaboração do orçamento do SNESup para 2003”, aprovados em 14 de Dezembro de 2002”) e aprovação, pela primeira vez por parte de uma Direcção, do Orçamento de 2003, têm de ser encarados mais como um esforço de aperfeiçoamento de gestão que pela procura a todo o transe de soluções de “equilíbrio orçamental”.

Tendo em atenção os pressupostos e a comparação orçamento / custos plasmada no Quadro I, a qual, na medida em que põe em confronto valores apurados em diferentes bases de contabilização, deve ser lida com alguma prudência, pode ser afirmado

- que se verificaram os pressupostos de ordem geral admitidos na recomendação do Conselho Nacional;

- que se verificaram quase na totalidade os pressupostos específicos admitidos na mesma deliberação com excepção da “manutenção de uma jurista para pré-contencioso em Lisboa e Coimbra” ( a Dra Paula Policarpo cujas verdadeiras razões de suspensão só foram conhecidas em Fevereiro, saindo no fim desse mês) , da “conclusão do processo de reformatização” e da redução dos “encargos com o funcionamento dos órgãos nacionais”, que só se verificou em relação à Direcção;

- que as receitas cresceram em virtude de novas sindicalizações e da progressão salarial dos associados - o sistema de informação não permite destrinçar as duas determinantes - sem que se tivesse registado a introdução de quota mínima, uma vez que a revisão de Estatutos que consagrava tal medida não alcançou o quorum exigido, e sem que se conseguisse qualquer recuperação de créditos por quotas em atraso ou por reembolsos de seguro de saúde.

- que as medidas de contenção de custos da sede central e serviços foram eficazes, em particular no domínio das comunicações ao serviço do sistema informático, e, no domínio da informação, a passagem da Newsletter à edição electrónica foi efectivamente assegurada, o serviço de *clipping* para o site suprimido.

No entanto o maior desafogo que se viveu acabou por resultar da quebra de actividade no segundo semestre com supressão não de uma mas de três edições da Revista e da redução de outras despesas de informação e promoção, bem como da saída da Dra. Paula Policarpo, ou seja, de evoluções não previstas nem programadas. Foi até possível editar a Agenda 2004 sem que tal tivesse sido considerado no Orçamento aprovado.

Coloca-se naturalmente a discussão da possibilidade de, com vista a manter e a aumentar o nível de difusão da Revista e da Agenda, cobrar um preço de venda a não associados. Esta discussão foi retomada pela Direcção que se encontra actualmente em funções e das suas conclusões será dada oportunamente notícia ao Conselho Nacional.

#### Alguns aspectos contabilísticos justificam referência especial

- o reenquadramento sistemático das situações de associados perante o Sindicato levou a que se modificasse a relação de associados com quotas em dívida subjacente aos valores do balanço, tendo sido os novos valores na sua quase totalidade integralmente provisionados por não parecer realista a sua recuperação;
- a análise das dívidas de associados por seguro de saúde levou a uma modificação do valor anteriormente considerado, tendo sido os novos valores na sua quase totalidade integralmente provisionados por não ser exequível consagrar à sua recuperação tempo de advogados que escasseia para efeitos de apoio a associados;
- o apoio concedido a um associado que o Conselho Nacional, reunido em 14 de Dezembro de 2002, considerou prejudicado em virtude de ter seguido recomendações do Sindicato, e que, em termos finais, será possivelmente contabilizado como subsídio a fundo perdido, encontra-se escriturado como empréstimo por ser ainda possível recuperar o seu valor através de acção judicial colocada pelo interessado, havendo que referir que, a ser convertido em subsídio a fundo perdido deverá sê-lo com o reforço correspondente à tributação do correspondente rendimento, caso devida;

- a provisão criada para ter em conta eventual acção judicial a colocar pelo Sr. Dr. Norberto Severino foi anulada por a acção ter sido colocada, segundo o nosso mandatário, fora de prazo.

Decorrido já o ano de 2005, a actual Direcção chegou a acordo com este advogado para a rescisão do denominado “contrato de trabalho por tempo indeterminado” que dois membros da Direcção em funções no mandato 1999 / 2001 haviam com ele celebrado, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2001, sem data e em papel timbrado do denominado “trabalhador”, e cujos pagamentos se mantiveram até Outubro de 2002.

A celebração de um contrato de trabalho por tempo indeterminado obedece, segundo o Regulamento de Organização Financeira, a requisitos que não cumpridos neste caso. Inútil será contudo pedir contas aos ex-dirigentes em apreço – que foram até testemunhas do senhor advogado na acção colocada – pois que entretanto deixaram de pagar quotas, tendo sido declarada a suspensão da sua qualidade de associados. Felizmente que a colocação da acção fora de prazo – conforme apontado pelo nosso mandatário – criou condições para uma negociação que se traduziu na desvinculação do Dr. Severino em condições muito favoráveis, permitindo também afastar eventuais reclamações de pagamento por prestação de serviços de representação forense e despesas diversas, que aquele advogado também reivindicava.

## IX – NOTA FINAL

A elaboração do presente Relatório visa permitir a discussão e votação das Contas em Conselho Nacional, no entanto será de ter presente que a quase totalidade do período considerado (1 de Janeiro a 12 de Dezembro) diz respeito à administração da anterior Direcção.

Em 5 de Março de 2005

## QUADRO I

Comparação entre o Orçamento de Despesa para 2003 (inicial) e os Custos de 2003, excluindo amortizações, por centros de custos.

(valores em euros)

Centros de Custos	Despesa orçamentada	Custos incorridos
<b>Sedes e serviços</b>		
- Sede e serviços centrais	158518	155855,83
- Porto	15000	18318,57
- Coimbra	17500	14521,63
<b>Órgãos nacionais</b>		
- Assembleia Geral	7000	8248,77
- Conselho Nacional	10000	24521,06
- Direcção	6000	21751,25
- Comissão de Fiscalização e Disciplina		992,99
<b>Informação e promoção</b>		
- Revista	82400	49322,24
- Outras actividades	53134	40056,71
<b>Serviços a sócios</b>		
- Apoio jurídico	99503	86362,49
- Seguro de saúde	59000	65184,3
- Agenda		20206,18
<b>Iniciativas</b>	15000	7299
<b>Secções sindicais</b>	1000	578,27
<b>Outras despesas / outros custos</b>	8783	5433,24

Total	526831	518733.23
-------	--------	-----------

## QUADRO II

Nota explicativa prevista no nº 1 do Artigo 7º do Regulamento de Organização Financeira

(valores em euros)

Fundos	Contrapartida em depósitos	Contrapartida em imobiliário	Contrapartida em créditos	Contrapartida em outros elementos do activo	Total
Fundo de Reserva	223936,91	352126,51		67707,88	643771,3
Fundo de Greve e Solidariedade	266609,33		9292,67		275902,0

Trata-se essencialmente de um exercício feito - pela primeira vez - por força do cumprimento do Regulamento de Organização Financeira.

O valor da situação líquida distribui-se por

- fundo de reserva
- fundo de greve e solidariedade
- reserva de reavaliação do imobiliário

Se admitirmos que o fundo de greve e solidariedade tem expressão em depósitos bancários e no crédito concedido ao seu abrigo - crédito esse cuja eventual conversão em subsídio a fundo perdido determinará uma diminuição do valor do fundo de greve e solidariedade - fica o fundo de reserva com expressão em todos os restantes elementos do activo.

É contudo evidente que esta situação não corresponde à noção de “fundo de reserva”, razão pela qual parece ser de ponderar a criação de uma quarta conta na situação líquida, conta essa que poderia corresponder ao capital operacional mínimo para o funcionamento do Sindicato.